

Rodrigo López Zilio

DIREITO ELEITORAL

Noções Preliminares

Elegibilidade e Inelegibilidade

Processo Eleitoral (da convenção à diplomação)

Ações Eleitorais

4ª Edição

(revista e atualizada)



Verbo Jurídico
editora

Catlogação na Publicação

Z69d Zilio, Rodrigo
Direito eleitoral : noções preliminares, elegibilidade e inelegibilidade, processo eleitoral (da convenção à diplomação), ações eleitorais / Rodrigo Zilio. — 4.ed. — Porto Alegre : Verbo Jurídico, 2014.
630 p.

ISBN: 978-85-7699-485-5

1. Direito Eleitoral - Brasil. 2. Inelegibilidade.
3. Direitos Políticos. 4. Elegibilidade. I. Título.

CDD : 341.28

Bibliotecário Responsável

Ginamara de Oliveira Lima

CRB 10/1204

Editoração: Daniel Scheer

Projeto de capa: Marcelo Monti Mattar



Verbo Jurídico
editora

Porto Alegre, RS

Av. Ipiranga, 2899

Fone: (51) 3076-8686

São Paulo, SP

Av. Paulista, 1.159 - conj. 411

Fone: (11) 3266-2724

Curitiba, PR

Rua Cândido de Abreu, 526 - Sala 611 B

Fone: (41) 3023-3063

✉ verbojuridico@verbojuridico.com.br

www.verbojuridico.com.br

ÍNDICE

CAPÍTULO I – Noções Preliminares

1. CLASSIFICAÇÃO e AUTONOMIA	17
2. FONTES DO DIREITO ELEITORAL	19
3. A INTERPRETAÇÃO DO DIREITO ELEITORAL	25
4. O PRINCÍPIO DA ANUALIDADE	27
4.1. Objetivo da norma.....	27
4.2. A concepção de “lei” (que altera o processo eleitoral).....	28
4.3. Processo eleitoral: uma conceituação.....	29
4.3.1 A visão da doutrina.....	29
4.3.2 O STF e a conceituação de processo eleitoral.....	29
4.4. Breves notas acerca da correta concepção do processo eleitoral: uma conclusão possível.....	33
4.5 O princípio da anualidade e as Leis nº 12.875/13 e nº 12.891/13.....	35
5. A JUSTIÇA ELEITORAL	37
5.1. Atribuições da Justiça Eleitoral: a função administrativa, legislativa, julgadora e consultiva.....	40
6. O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	44
7. DOS SISTEMAS ELEITORAIS	48
7.1. Sistema majoritário.....	48
7.2. Sistema proporcional.....	51
8. DAS NULIDADES	53
9. DIREITO PARTIDÁRIO	65
9.1. Natureza jurídica e o mandado de segurança contra ato de dirigente Partidário.....	67
9.2. Criação e registro, participação na eleição e recursos do fundo partidário.....	
9.3. Características: liberdade de criação e autonomia.....	71
9.4. Coligação.....	79
9.5. Cláusula de barreira.....	82
9.6. Fidelidade partidária.....	83
9.6.1 O arcabouço legislativo da matéria.....	83
9.6.2 Os precedentes do STF e a consulta do TSE.....	84
9.6.3 A doutrina.....	85
9.6.4 Uma conclusão possível (embora moralmente não recomendável).....	86
9.6.5 A Resolução nº 22.610/07 do TSE.....	94
9.7. Competência.....	97

CAPÍTULO II – Dos Direitos Políticos e da Capacidade Eleitoral (ativa e passiva)

1. DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	101
2. DA CAPACIDADE ELEITORAL	105
2.1. Capacidade eleitoral ativa	105
2.1.1. Alistamento eleitoral	108
2.1.2. Transferência.....	112
2.1.3. Segunda via	112
2.1.4. Cancelamento	113
2.1.5. Da revisão do eleitorado.....	117
3. SUFRÁGIO E VOTO.....	119
4. CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA	121
4.1. Condições de elegibilidade	122
4.1.1. Nacionalidade brasileira	123
4.1.2. Pleno exercício dos direitos políticos	125
4.1.2.1 Cancelamento da naturalização	126
4.1.2.2 Incapacidade civil absoluta.....	127
4.1.2.3 Condenação criminal transitada em julgado	128
4.1.2.4 Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa	135
4.1.2.5 Improbidade administrativa	136
4.1.3. Alistamento eleitoral	138
4.1.4. Domicílio eleitoral	138
4.1.5. Filiação partidária	140
4.1.6. Idade mínima	151
4.2. Condições de registrabilidade.....	153
4.3. Inelegibilidade	155
4.3.1. Breve nota acerca da elegibilidade.....	155
4.3.2. Breve nota acerca do elemento nuclear da inelegibilidade	155
4.3.3. Distinção entre condições de elegibilidade e hipóteses de inelegibilidade	156
4.3.4. O registro de candidatura: breve análise das divergências da teoria clássica e da teoria do fato jurídico	158
4.3.5. Bases teóricas para um conceito adequado de inelegibilidade no Direito Brasileiro.....	162
4.3.6. Aspectos materiais da inelegibilidade	163
4.3.6.1. Na Constituição Federal	165
4.3.6.2. Na Lei Complementar nº 64/90.....	178
4.3.6.2.1. Modificações relevantes da Lei Complementar nº 135/10	179
4.3.6.2.2. Causas de inelegibilidade previstas na LC nº 64/90.....	186
4.4. Desincompatibilização.....	257
4.5. Inabilitação	258

CAPÍTULO III – Do Processo Eleitoral

1. DAS FASES DO PROCESSO ELEITORAL	263
2. CONVENÇÃO PARTIDÁRIA	263
2.1. Generalidades: autonomia partidária; omissão no estatuto; conflito de convenções	263
2.2. Prazo de realização e deliberação.....	266
2.3. Registro em livro e ata.....	268
2.4. Candidatura nata.....	269
2.5. Utilização de prédios públicos.....	269
3. REGISTRO DE CANDIDATO	270
3.1. Generalidades: natureza jurídica, rito e pré-candidato vs candidato.....	270
3.2. Número de vagas e reserva por gênero	274
3.3. Vagas remanescentes.....	277
3.4. Prazo.....	277
3.5. Documentos.....	278
3.6. Diligências.....	285
3.7. Substituição.....	286
3.8. Homonímia.....	290
4. DA PROPAGANDA	292
4.1. Propaganda partidária	294
4.1.1. Objetivo, limites e vedações.....	295
4.1.2.. Forma (bloco e inserções) e procedimento de apuração da propaganda partidária irregular (competência, legitimidade, sanção, prazo para ajuizamento da representação e efeitos do recurso).....	297
4.2. Propaganda intrapartidária.....	300
4.3. Propaganda eleitoral.....	302
4.3.1. Prazo inicial.....	305
4.3.2. Propaganda extemporânea ou antecipada.....	306
4.3.3. Promoção pessoal e propaganda eleitoral.....	308
4.3.4. Excludentes de propaganda eleitoral antecipada: art. 36-A da LE.....	310
4.3.5. Procedimento para apuração da propaganda eleitoral irregular	322
4.3.6. Poder de polícia.....	328
4.3.7. Modalidades de propaganda eleitoral.....	331
4.3.7.1. Propaganda em outdoors.....	331
4.3.7.2. Propaganda em bens particulares	333
4.3.7.3. Propaganda em bens públicos	337
4.3.7.4. Propaganda nas dependências do Poder Legislativo	344
4.3.7.5. Propaganda eleitoral em recinto aberto ou fechado.....	344
4.3.7.6. Propaganda mediante o uso de alto-falantes ou amplificadores de som.....	345
4.3.7.7. Comícios, showmícios e aparelhagem de sonorização fixa.....	347

4.3.7.8. Propaganda mediante panfletagem	350
4.3.7.9. Propaganda eleitoral na imprensa escrita	351
4.3.7.10. Propaganda eleitoral no rádio e televisão.....	359
4.3.7.11. Debates.....	363
4.3.7.12. Propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão	366
4.3.7.13. Propaganda eleitoral na internet	390
4.3.7.14. Propaganda eleitoral no dia da eleição.....	400
5. DIREITO DE RESPOSTA	401
6. DAS PESQUISAS ELEITORAIS	409
7. DA ARRECADAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS	414
7.1. Da arrecadação	414
7.2. Prestação de contas.....	446
8. DA DIPLOMAÇÃO.....	457
8.1. Diplomação.....	457
8.2. Posse.....	461

CAPÍTULO IV – Ações Eleitorais

1. INTRODUÇÃO	465
2. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE CANDIDATO - AIRC.....	471
2.1. Generalidades.....	471
2.2. Objetivo	471
2.3. Competência.....	472
2.4. Prazo para o ajuizamento	472
2.5. Preclusão	473
2.6. Legitimidade, litisconsórcio e assistência.....	473
2.7. Capacidade postulatória.....	478
2.8. Questões procedimentais	479
2.8.1. Da petição inicial.....	479
2.8.2. Contestação.....	480
2.8.3. Julgamento antecipado da lide ou instrução	481
2.8.4. Alegações	483
2.8.5. Sentença	483
2.8.5.1. Causas de (in)elegibilidade e momento de aferição	483
2.8.5.2. Livre convencimento	485
2.8.5.3. Sentença	485
2.8.5.4. Recurso	486
3. RECURSO CONTRA A EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA – RCED	489
3.1. Fundamento legal.....	489
3.2. Objeto	490

3.3. Prazo	490
3.4. Hipóteses de cabimento	491
3.4.1. O RCED na concepção originária do Código Eleitoral	491
3.4.2. O RCED e a Lei nº 12.891/13.....	493
3.5. A Prova pré-constituída.....	498
3.6. Competência e procedimento.....	499
3.7. Legitimidade.....	501
3.8. Efeitos.....	502
4. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL - AIJE.....	503
4.1. Considerações iniciais e fundamento legal	503
4.2. Hipóteses de cabimento	505
4.3. Procedimento e competência.....	507
4.4. Bem jurídico	510
4.5. Prazo de ajuizamento	512
4.6. Legitimidade ativa e passiva	513
4.7. Sanções	515
4.8. Recurso e efeitos	518
5. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO - AIME.....	519
5.1. Fundamento legal, auto-aplicabilidade, prazo, segredo de justiça e litigância de má-fé.....	519
5.2. Objeto	521
5.3. Hipóteses de cabimento	522
5.4. Preclusão.....	526
5.5. Bem Jurídico	527
5.6. Legitimidade	528
5.7. Competência.....	530
5.8. Procedimento	531
5.9. Efeitos da procedência	533
5.10. Recursos e efeitos	535
6. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO	536
6.1. Fundamento legal.....	536
6.2. Conceito.....	536
6.3. Legitimados ativos	540
6.4. Legitimado passivo (sujeito ativo da conduta)	541
6.5. Lapso de incidência da norma (e da ação).....	543
6.6. Procedimento e bem jurídico tutelado.....	544
6.7. Competência.....	544
6.8. Sanções e constitucionalidade.....	545
6.9. Recurso: prazo e efeitos.....	546
7. CONDUTAS VEDADAS.....	548
7.1. Introdução.....	548
7.2. Bem jurídico	549

7.3. Legitimados, competência e sanções	550
7.4. Procedimento e prazo recursal	552
7.5. Lapso de ajuizamento da representação.....	554
7.6. Lapso temporal de incidência das hipóteses legais	554
7.7 As hipóteses materiais do art. 73 da Lei nº 9.504/97	557
7.8. A hipótese material do art. 74 da Lei nº 9.504/97	596
7.9. A hipótese material do art. 75 da Lei nº 9.504/97	597
7.10. A hipótese material do art. 77 da Lei nº 9.504/97.....	598
8. CAPTAÇÃO E GASTOS ILÍCITOS ELEITORAIS	601
8.1. Art. 30-A da LE: representação específica vs AIJE	601
8.2. Hipóteses de cabimento	603
8.3. Para fins eleitorais	609
8.4. Art. 30-A da LE vs rejeição de contas	609
8.5. Bem jurídico.....	611
8.6. Procedimento e competência	613
8.7 Prazo de ajuizamento	614
8.8. Legitimados	617
8.9. Sanções e recurso (prazo e efeitos).....	618
9. AÇÃO RESCISÓRIA ELEITORAL	619
9.1. Introdução.....	619
9.2. Hipóteses de cabimento	620
9.3. Constitucionalidade.....	622
9.4. Competência, prazo, procedimento e legitimidade.....	622
Bibliografia	625